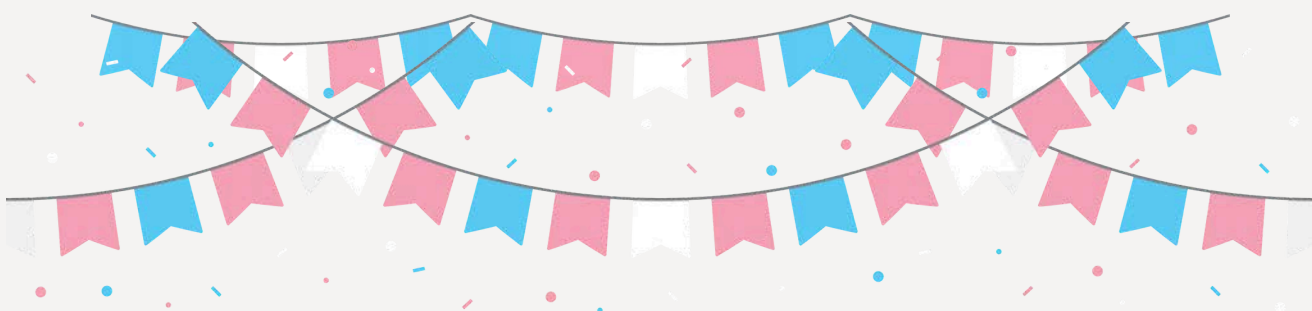


MENOS PRECONCEITO É MAIS SAÚDE: conexão entre a ciência e o cotidiano.

Desejamos que este boletim seja o seu encontro bimestral com a Ciência, através da Divulgação Científica (DC) de temas de saúde da população LGBTQIAPN+. A DC visa popularizar o conhecimento científico, divulgando estudos e pesquisas para que os leitores possam conhecer e entender as implicações de seus resultados, tanto no contexto pessoal quanto no ambiente social.

Boa leitura a todos, todas e todes!



Caro leitor,

O boletim deste mês está dedicado a ampliar reflexões sobre a inclusão, o respeito e a luta por direitos das pessoas trans e travestis no Brasil. Ao abordar temas que vão desde o acesso à saúde integral até as políticas públicas voltadas para a promoção da equidade, buscamos reforçar o compromisso com uma sociedade mais justa e acolhedora para todas as identidades de gênero.

Em janeiro, comemoramos o Dia da Visibilidade Trans (29/01), uma data que nos lembra da importância de reconhecer e valorizar as histórias de luta e resistência dessa população. Mais do que um marco no calendário, é um chamado para enfrentarmos juntos os desafios impostos pelo preconceito e pela exclusão, construindo pontes para garantir dignidade e direitos.

Que este boletim inspire ações concretas e um olhar mais sensível e solidário, porque a transformação que desejamos começa com o conhecimento e a empatia. Boa leitura!

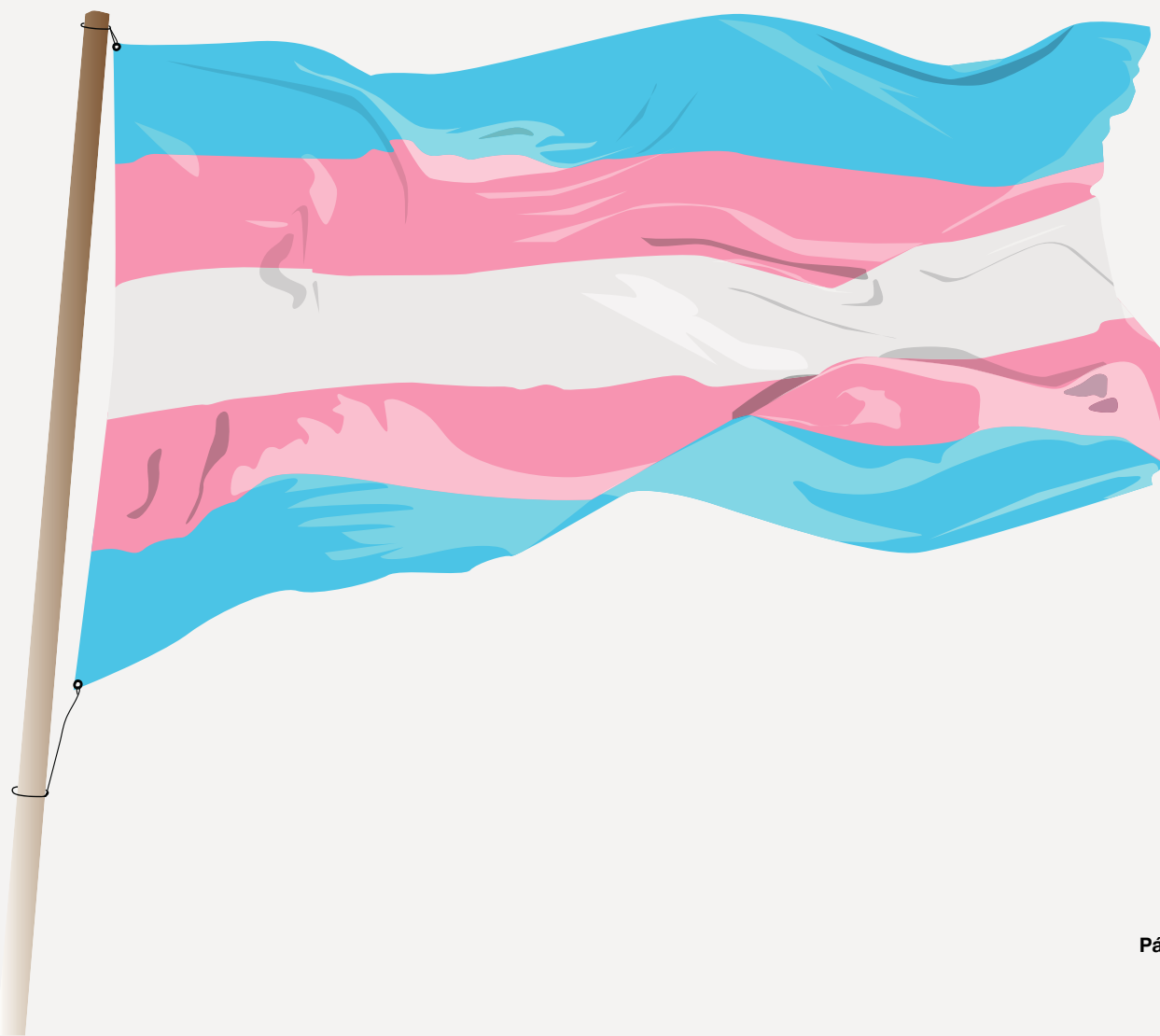
VERBETE: TRANSFOBIA

A transfobia é o ódio e preconceito direcionado a pessoas trans e travestis. Esse fenômeno tem muitas faces e pode vir de pessoas, instituições e até mesmo pelas leis e governos de um país. As consequências da transfobia envolvem questões como a inserção no mercado formal de trabalho formal, ineficiência dos serviços de saúde, o alto índice de evasão escolar motivado pela violência e falta de apoio familiar.

O respeito ao nome social, aos pronomes de escolha e a identidade de gênero das pessoas trans são formas de diminuir os impactos da transfobia na sociedade. No entanto, o combate ao preconceito vai além de questões de convivência diária, sendo necessário mudanças estruturais na sociedade.

Curiosidade

A transfobia precisa ser combatida também no cenário político! Em 1992, Kátia Tapety fez história ao ser a primeira mulher trans a ser eleita para cargo político no país. Vereadora por três mandatos pelo município de Colônia do Piauí, a travesti abriu portas na política brasileira para a participação de pessoas trans na política.



VAMOS LER E REFLETIR

Nossa colaboradora Maria Nogueira aborda, nesta seção, o tema do artigo intitulado: **ouvindo a criança transgênero: um olhar sobre a produção científica brasileira e as questões éticas**, de autoria de Daniella Vieira Magnus, Cristiano Eduardo da Rosa e Jane Felipe, traz um tema muito interessante e urgente de ser discutido em várias instâncias da sociedade.

No primeiro momento os autores destacam que ao situar como objeto de análise a vivência de crianças transgênero, percebe-se que a questão é marcada por preconceito e desconhecimento. Segundo Victor Patutti Godoy (2021) o próprio Estado coloca em relevo que a criança é um indivíduo civilmente incapaz e ainda não completamente formada psicologicamente e socialmente, não tendo, portanto, o discernimento necessário para compreender totalmente sua identidade de gênero e as consequências jurídicas, sociais e psíquicas do reconhecimento dessa identidade em suposta divergência com seu sexo designado.

Abaixo destacamos alguns pontos interessantes abordados pelos autores:

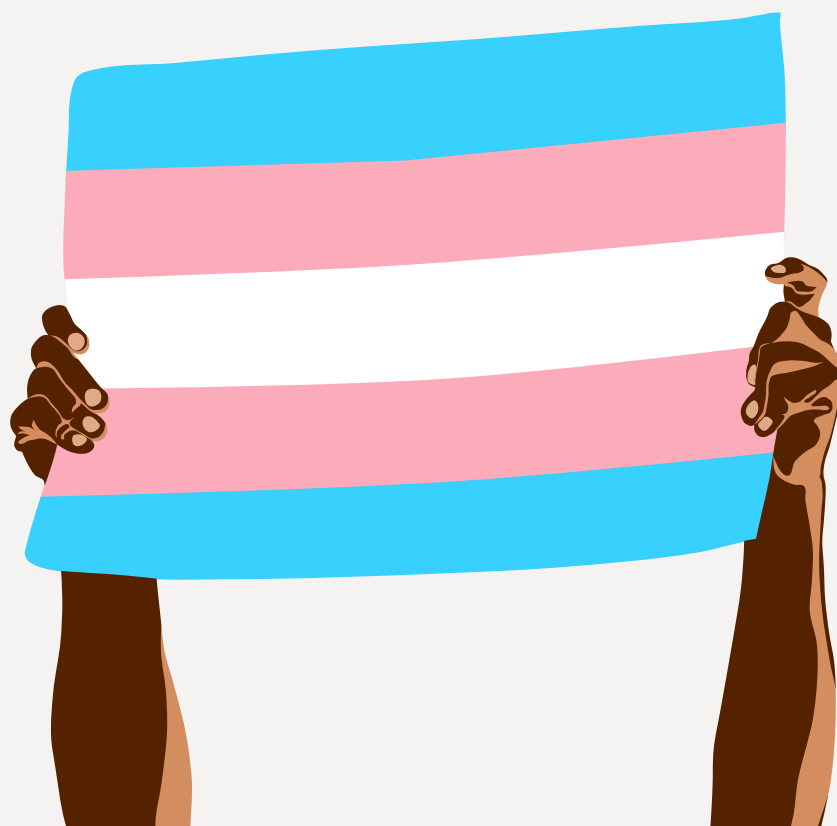
1. Quanto mais cedo a criança demonstra o incômodo, maiores tendem a ser as dificuldades que enfrenta ao viver em sociedade, sobretudo em razão da incapacidade de entender o que acontece consigo (e muitas vezes acreditando que esse sentir-se diferente dos demais é errado).
2. O estudo de 2022 publicado na revista *Pediatrics* da American Academy of Pediatrics (AAP), examinou a identidade de gênero de 317 jovens americanos e canadenses que se identificaram como crianças transgênero entre os 3 e 12 anos de idade, mostrou que 94% destes sujeitos, após cinco anos da transição, continuavam se identificando como pessoas trans.
3. Os padrões de comportamento associados culturalmente ao feminino e ao masculino são percebidos pela criança desde cedo por meio das figuras da mãe e do pai. Por volta dos dois anos de idade, elas já têm consciência das diferenças do feminino e masculino e, no caso de crianças trans, elas percebem uma discrepância entre o seu comportamento e o que o seu corpo indica.
4. A desconformidade entre sexo biológico e gênero vai ficando mais evidente até os sete anos de idade.
5. Natacha Kennedy (2010), ao apresentar a pesquisa online que realizou, em 2008, com 121 adultos(as) transgênero sobre suas memórias de infância, indicou que a idade média em que estes indivíduos se tornaram conscientes de suas condições

foi por volta dos oito anos de idade, e que mais de 80% deles se tornaram conscientes de que eram trans antes de concluírem o Ensino Fundamental.

6.A escola reforça, então, a solidificação de comportamentos retrógrados, exacerbando o preconceito com a criança transgênero, oportunizando assim o surgimento da discriminação já nos primeiros anos de vida. De acordo com Felipe (2019, p. 239), o espaço escolar tem o compromisso de promover reflexões sobre as desigualdades e preconceitos, “mostrando o quanto em muitas sociedades as diferenças acabam se transformando em desigualdades”.

O artigo destaca que considerar a criança como protagonista na pesquisa científica é uma perspectiva que tem sido discutida em vários estudos brasileiros na atualidade, surgindo propostas para ouvir as crianças e explorar suas múltiplas linguagens e, por intermédio de sua participação ativa, buscar um novo jeito de dialogar com elas, em diferentes contextos sociais. No entanto eles destacam a baixa produção brasileira sobre a temática, os estudos existentes normalmente, fazem reflexões teóricas não se propondo a trabalhar/ouvir as crianças no momento em que vivem a construção do gênero, fato inteiramente compreensível devido às dificuldades éticas em entrevistar e acompanhar crianças dentro desse contexto . os autores destacam a necessidade de refletir sobre as questões éticas na condução de estudos com crianças, fruto da forte tensão existente entre seus **direitos de participação versus seus direitos de proteção**, que precisam ser garantidos e equilibrados pelos(as) estudiosos(as).

Quer saber mais acesse o [site](#) e assista ao [vídeo](#) super interessante com Thamirys Nunes autora do livro Minha Criança Trans.



ENTRE VIDAS, ENTRE VISTAS

Entrevista Gab

1. Fale um pouco sobre quem é o Gab e sua trajetória profissional.

O meu nome é Gab, eu estou com 32 anos e cresci na região do Barreiro em Belo Horizonte, onde eu tenho morado até hoje. Ao longo da minha vida eu fui construindo várias identidades, vários pertencimentos, num movimento constante, que eu espero que nunca se encerre. Por muito tempo me identifiquei enquanto uma pessoa lésbica, movimenteiei nos espaços feministas da cidade, e hoje venho me nominado como uma pessoa não-binária, uma pessoa trans, entendendo esse lugar como uma negação da cisnorma, diante dessa proposta tão frágil de ter que escolher entre duas opções, o meu não-binário vem deste lugar, de recusar essa escolha, de ter que escolher entre um e outro, é uma tentativa de fazer cair essa importância que nós damos pro gênero. Tenho usado os pronomes masculinos, numa escolha de marcar essa dissidência de gênero, tentando fazer cair esse poder da nomeação do outro.

A minha trajetória profissional começou desde muito cedo, a partir de uma transmissão familiar, de uma orientação ética que a minha família sempre trouxe pra mim, em um lugar de pensar sempre na coletividade e de pensar em intervenções que transformem o mundo em que vivemos. Na minha família a gente sempre conversou muito sobre preconceito, sobre diversidade, sobre como podemos existir no mundo a partir desses lugares de revolução, de fazer um mundo um lugar mais acolhedor. Aí eu faço minha graduação e meu mestrado na Psicologia da UFMG, tenho minha trajetória na pesquisa, estudo durante muitos anos os direitos da população LGBTQIA+, principalmente no âmbito da saúde mental, da cultura e da segurança pública. Também atuo no consultório particular, oferecendo escuta clínica e mais recentemente tenho conseguido trabalhar muito próximo de movimentos sociais construindo AKasulo, que é o nosso Centro de Convivência aqui no Barreiro, que é um espaço de formação, de socialização, de cultura, para pensar práticas de cuidado coletivo e se fortalecer.

2. Para você, qual é a situação atual da saúde das pessoas trans masculinas? Quais os avanços e desafios da política LBGT+ que você percebe nos últimos anos?

Eu acho que pra gente pensar sobre a saúde das pessoas transmasculinas, ainda temos de pensar na invisibilidade dessa população, os próprios termos: pessoas transmasculinas, não-binários, homens trans, são recentes no nosso vocabulário de movimentação social. Ao longo da história da medicina, da psicologia, do direito foram criados vários termos para tentar descrever as nossas experiências de maneira patológica e criminalizante, e é só nos últimos 50-70 anos que a gente vem se apropriando dessas palavras e inventando novos termos para descrever nossas vivências. Então pensar pessoas transmasculinas é uma questão do contemporâneo, até então a gente vivia em bordas, em fronteiras, a gente vivia em fronteiras mais próximas as lesbianidades, a gente se pensar no campo da masculinidade é algo muito recente para nós enquanto coletivo, e isso traz dificuldades no acesso à saúde.

Hoje em dia as pessoas transmasculinas vêm demandando o respeito ao nome, ao pronome, às diferentes formas de masculinidade e às vezes os profissionais de saúde ainda não conseguem reconhecer as nossas existências. Não é compreensível que um homem precise de um atendimento ginecológico, de uma mamografia, de cuidado pré-natal. As nossas experiências ainda não são reconhecidas como nossas, temos que mediar, dialogar e utilizar os espaços exclusivos para as mulheres para acessar o cuidado aos nossos corpos e isso é algo que pra muitas pessoas pode ser muito violento. E o desafio seria esse, de como falar das nossas especificidades sem cair em visões caricatas do que seria um homem ou uma mulher, como podemos propor novas linguagens e ser atendidos em nossas diversidade, sem cair em soluções simples ou rasas que se reduzem a posição de homem ou mulher, mas que proponham um cuidado não-binário, um cuidado a corpos diversos.

3. Para você, qual é a situação atual da saúde das pessoas trans masculinas? Quais os avanços e desafios da política LBGT+ que você percebe nos últimos anos?

Na AKasulo eu tenho atuado na coordenação do espaço, nas atividades, juntos de

uma equipe, tentando decidir e produzir tudo coletivamente. Nós abrimos as portas em janeiro de 2023, a partir de um sonho realizado, um sonho do movimento trans, de ter um espaço coletivo, onde a gente podia conviver e simplesmente existir juntos. Agora com dois anos de existência nós alcançamos muito sucesso! Temos um público muito diverso, que engloba desde a população mais vulnerável, pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional, mas também uma população que tem acesso a outros espaços e também colam na AKasulo, o pessoal da cultura, das artes e da universidade.

AKasulo vem sendo um espaço de congregação, onde a nossas diversidades conseguiram se encontrar e se fortalecer, onde podemos conviver com a nossa própria diferença, acho que esse é nosso ponto forte: ser espaço que é pra todo mundo, não só pra população trans, estamos falando de um espaço para receber a população do território do Barreiro, familiares, estudantes, voluntários de modo geral, a gente é um espaço que cabe todo mundo que queira fortalecer, somar e construir.

Atuamos partir de uma metodologia de articulação de rede, estamos sempre em contato com os equipamentos, para encaminhar as pessoas, nos casos e demandas que chegam, pedindo orientação, trazendo denúncias, a gente oferece uma escuta e ajuda as pessoas a voltarem pra rede e acessarem os espaços de política pública para que suas demandas possam ser efetivamente encaminhadas. Ser essa ponte entre a população e o poder público é uma das grandes funções da AKasulo.

Para além da nossa rotina de convivência, nesse modelo de portas abertas, em que o pessoal pode vir pra fazer uma atividade, fazer um rango, também somos um espaço de distribuição de insumos, recebemos e compartilhamos doações de alimentos e itens de higiene pessoal, convites para eventos culturais para essa população.

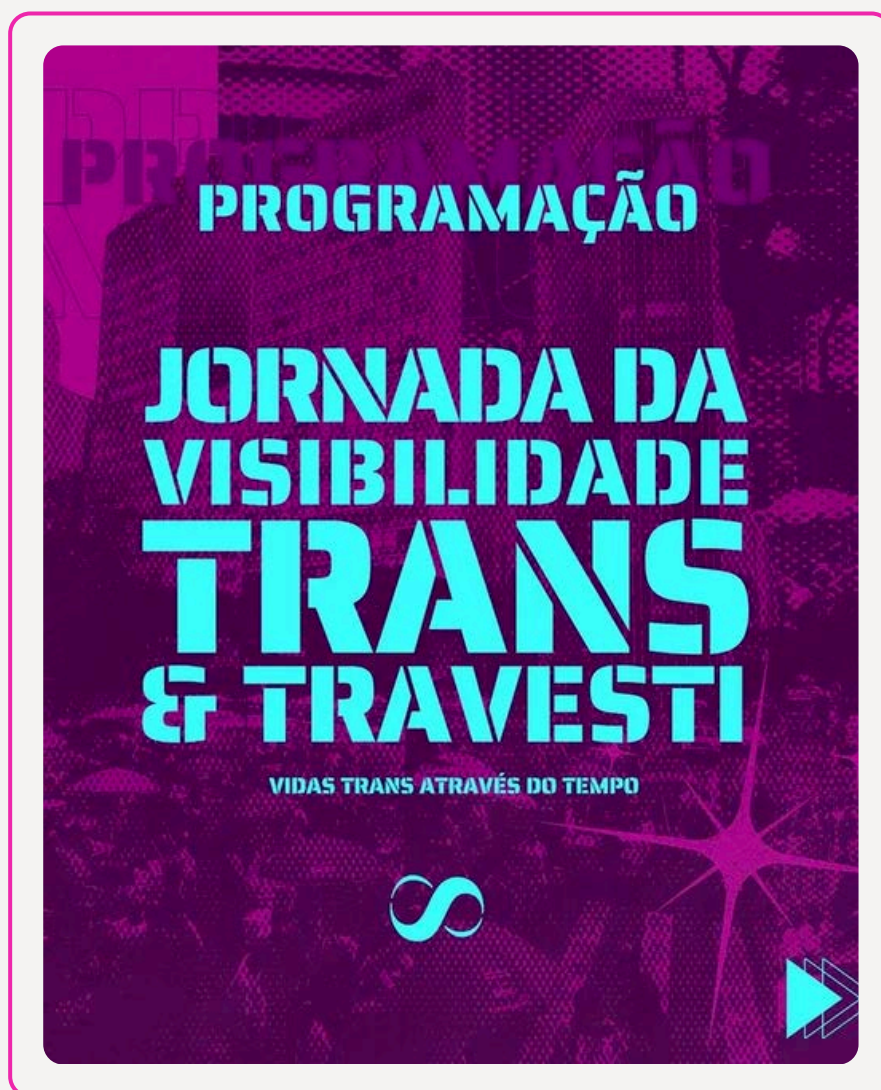
Também temos executado projetos mais amplos, como a construção do 1º Fórum Metropolitano de Saúde Integral LGBTQIA+, com financiamento do Fundo Positivo, que vai acontecer em Julho de 2025, o objetivo é produzir um espaço para discutir o que queremos e o que pensamos com essa saúde integral LGBT. Por fim, estamos construindo um espaço de formação de agentes populares de saúde, que é um projeto do AgPopSUS financiado pelo Ministério da Saúde, pensando numa prática integrativa e holística, que permita dizer sobre a saúde trans para além de hormônio

e cirurgia. A partir de um viés despatologizante, incluindo a cultura, o lazer, a alimentação, o trabalho, a moradia e a educação, como todos esses espaços de garantia de direitos que impactam no acesso a saúde, do que cada um entende como saúde.

FIQUE POR DENTRO

A **8ª Jornada de Visibilidade Trans e Travesti da RMBH**, conta com um diferencial em 2025: Ao contrário dos outros anos, não acontecerá em uma semana, e sim nos meses de janeiro e fevereiro!

Para conferir toda a programação, e ficar por dentro das atualizações e informações sobre cada atividade! Acesse o Instagram [@movatbh](#)!!



ACONTECEU, A GENTE COMENTA!

Entre os dias **15 e 18 de janeiro**, Curitiba foi palco de um dos eventos mais marcantes para o movimento LGBTI+ no Brasil: o **II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+**. Com o lema “Resistência é Preciso”, em homenagem ao legado do Deputado Federal Davi Miranda, o congresso reuniu 302 participantes em sua abertura e trouxe reflexões poderosas sobre inclusão, diversidade e direitos humanos.

A cerimônia de abertura foi um show de inspiração. Entre os destaques, tivemos a emocionante Palestra Magna de Megg Rayara Gomes de Oliveira, primeira travesti negra a conquistar o título de Doutora em Educação no Brasil, que abordou a importância de políticas afirmativas e da resistência. Além disso, grandes nomes do movimento, como o Professor Dr. Luiz Mott, Jovana Baby e Alice Oliveira, foram homenageados por suas contribuições à luta LGBTI+.

A coordenadora do projeto “**Menos Preconceito é Mais Saúde**”, Maria Nogueira, também marcou presença no evento, apresentando os trabalhos do projeto que busca reduzir a discriminação institucional e ampliar o acesso à saúde para a população LGBTQIAPN+. A participação reforçou a importância de ações voltadas para a educação permanente e a divulgação científica como estratégias de transformação social.



II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+

A noite foi encerrada com muita arte e emoção, com apresentações de Drag Queens que trouxeram brilho e celebração ao evento. Para reforçar o compromisso com a cidadania e a igualdade, Dr. Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+, fez um discurso inspirador que reafirmou o propósito da organização.

Mais do que um evento, o congresso é um marco que celebra a história e a resistência do movimento LGBTI+, enquanto reforça a luta por um futuro mais igualitário.

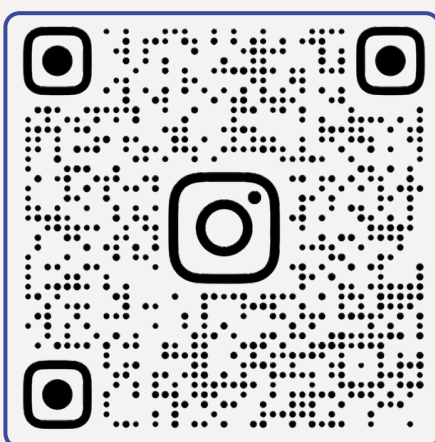


Maria Nogueira

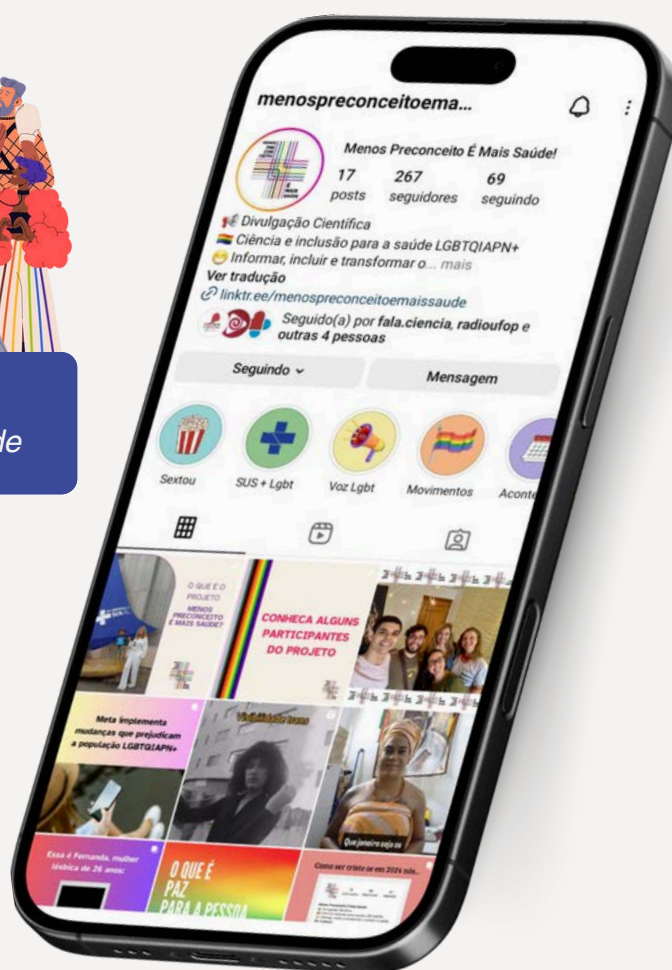
Coordenadora do Projeto Menos Preconceito é Mais Saúde



Siga-nos no Instagram:
@menospreconceitoemaisaude



Menos Preconceito e Mais Saúde



FICHA TÉCNICA

Produção de conteúdo e redação: Enrico Martins Poletti Jorge (Bolsista Fapemig), Maria de Lourdes Menezes (ESP/MG), Maria José Nogueira (ESP/MG) e Valéria Carla Faria Amaral (Bolsista Fapemig).

Revisão: Enrico Martins Poletti Jorge (Bolsista Fapemig).

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO



Este boletim é uma realização do projeto "Menos Preconceito, é mais saúde: divulgação científica da população LGBT", financiado com recursos da FAPEMIG.